

## Ex-presidentes do TJ-SP foram os mais beneficiados com atrasados pagos



Dois ex-presidentes do Tribunal de Justiça de São Paulo foram

os mais beneficiados com os pagamentos de atrasados que estão sob investigação do Órgão Especial da corte: Roberto Vallim Bellocchi (*foto*), que recebeu R\$ 1,5 milhão, e Antonio Carlos Vianna Santos, que recebeu R\$ 1 milhão. Roberto Bellocchi foi presidente entre 2008 e 2009 e está aposentado. Viana



ainda ocupava a presidência.

Além dos ex-presidentes, outros três desembargadores figuram entre os casos considerados mais graves. Eles integraram a Comissão de Orçamento do TJ, ou seja, eram responsáveis pela elaboração dos pareceres que liberavam ou não os pagamentos. São eles **Fábio Gouvêa** (*à esquerda*), **Tarcísio Ferreira Vianna Cotrim** e **Alceu Penteadó Navarro**, atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Fábio Gouvêa e Vianna Cotrim receberam R\$ 600 mil cada um, entre 2006 e 2010. Alceu Penteadó recebeu cerca de R\$ 400 mil durante a gestão de Bellocchi.

Jorge Rosenberg



Jorge Rosenberg



Em resposta à **ConJur**, Alceu Penteado (*à direita*) disse que a antecipação de seu pagamento ocorreu dentro da legalidade, já que foi feita para cobrir despesas médicas. Segundo ele, toda a documentação que comprova a licitude de seus pagamentos já foi entregue e está sob análise do tribunal.

O desembargador Vianna Cotrim disse preferir não comentar o assunto no momento, já que está prestando os devidos esclarecimentos ao tribunal. O mesmo disse o desembargador Fábio Gouvêa. “Pelo enorme respeito que tenho ao Órgão Especial do TJ-SP, prefiro não me manifestar para a imprensa antes de apresentar minhas explicações ao colegiado”.

Os valores se referem a verbas salariais devidas a magistrados como licenças-prêmio e férias não gozadas, que não foram pagas devido a limitações orçamentárias do TJ-SP. Como quase todos têm direito às verbas — de acordo com o tempo em que trabalham na corte — todos deveriam receber, parceladamente e proporcionalmente, da mesma forma. Adiantamentos só são pagos em casos de necessidade e com a devida justificativa.

Embora, de acordo com o tribunal, os beneficiados não tenham gerado prejuízo ao erário, mas apenas a outros juízes — já que passaram na frente de outros magistrados na hora de receber —, o Órgão Especial vai julgar a conduta dos que furaram a fila. A princípio, cogita-se apenas uma compensação. Quem recebeu primeiro, agora ficará sem receber atrasados até que a situação se equipare à dos demais. Mas o colegiado ainda poderá julgá-los por outras infrações administrativas que entender cabíveis.

Embora a corte tenha interesse em elucidar esta questão o mais rápido possível, até mesmo por pressões internas, o processo deve desacelerar porque o tribunal identificou que servidores e assessores de juízes também receberam atrasados indevidamente. O TJ ainda está levantando o número de funcionários beneficiados pelos pagamentos, mas já adiantou que alguns chegaram a receber até R\$ 240 mil.

Estima-se que 300 juízes tenham furado a fila. Além dos cinco casos mais graves, 24 juízes receberam entre R\$ 100 mil e R\$ 400 mil. Entre os 300, a maioria recebeu valores inferiores a R\$ 100 mil.

#### **Date Created**

09/03/2012